

ACÓRDÃO

PROC. Nº 00917.2008.026.13.00-1

RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E ELETRO  
SHOPPING CASA AMARELA LTDA.

RECORRIDOS: OS MESMOS

E M E N T A:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCONTOS PRATICADOS GERICAMENTE. DISSEMINAÇÃO DE SUSPEITA CONTRA GRUPO DE EMPREGADOS. A simples imputação e a frequente reiteração de suspeita de furto, sem o mínimo de embasamento probatório, configura ato ilícito, capaz de ferir o patrimônio moral dos empregados. No caso, o abalo moral imputado ao grupo é patente, não apenas em razão da coação a que eram submetidos no sentido de assinar vales autorizando os descontos em seus salários, como pela redução da remuneração, sem a comprovação da participação nos furtos ocorridos, mas, sobretudo, porque cada um deles tinha colocada em dúvida, permanentemente, a própria honra. Recurso da promovida a que se nega provimento.

DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. Ante a ausência de critérios objetivos para a fixação das indenizações por danos morais coletivos, o julgador deve levar em conta fatores como a extensão e a intensidade da lesão, o grau de culpa, os antecedentes e a situação econômica do agente, de modo a compensar, tanto quanto possível, o dano provocado e a desestimular a reiteração da conduta lesiva, mas sempre atento a um critério de razoabilidade. No caso, entendo que o valor fixado na sentença afigura-se razoável diante desses objetivos. Recurso do autor não provido.

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Ordinário, proveniente da 9ª  
Vara do Trabalho de João Pessoa/PB, nos autos da Ação Civil Pública ajuizada

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ UBIRATAN MOREIRA DELGADO (Lei 11.419/2006)  
EM 09/11/2009 21:13:31 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: AC7CDABBA6.27B09BABB4.663C3D7523.EF574C603C

pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em face do ELETRO SHOPPING CASA AMARELA LTDA.

O Juízo de primeiro grau, às fls. 295/314, rejeitou as preliminares de incompetência funcional da Vara do Trabalho e de carência da ação, assim como a impugnação ao valor da causa; e, no mérito, julgou procedentes, em parte, os pedidos formulados na inicial para condenar a ré a: 1 - sob pena de pagamento de multa de R\$ 5.000,00 por trabalhador ou salário atingido pelo descumprimento da decisão (a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), abster-se de efetuar descontos nos salários de seus empregados, individualmente ou em rateio, decorrente de ressarcimento de valores de mercadorias/objetos furtados, roubados ou desaparecidos de seus estabelecimentos, sem prévia apuração e comprovada a participação dos culpados; bem como de efetuar, a qualquer título, descontos nos salários de seus empregados sem os respectivos e fiéis registros em contracheques e fora das hipóteses de que trata o artigo 462, *caput* e § 1º, da CLT; 2 – ao pagamento de R\$ 300.000,00 a título de dano extrapatrimonial coletivo em favor do FAT. Custas de R\$ 6.000,00.

A promovida interpôs Embargos Declaratórios, que não foram conhecidos (decisão às fls. 331/333).

O promovente interpôs Recurso Ordinário, às fls. 344/348. Busca, em suma, a majoração da indenização, alegando que, em face da capacidade econômica do promovido, o valor fixado na sentença não é suficiente para lhe inculcar o temor necessário para desestimular a prática de novas condutas da espécie, ressaltando que a empresa detém mais de 100 estabelecimentos por todo o Brasil, conforme editorial anexado às razões recursais (fls. 349/357).

A ré interpôs Recurso Adesivo (fls. 358/378) e Recurso Ordinário (fls. 381/401), com comprovantes de depósito recursal e de pagamentos das custas processuais às fls. 379/380 e 402/403. O Juízo de origem não conheceu do Recurso Adesivo (despacho à fl. 410).

No Recurso Ordinário, a promovida suscita as preliminares de ilegitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público do Trabalho, sob o fundamento de que os interesses defendidos pelo autor não são transindividuais, mas sim individuais homogêneos, registrando, ainda, que, apesar de o legislador ter ampliado o campo de atuação do MPT, não lhe atribuiu competência para agir na esfera dos interesses individuais, até porque, se assim o fosse, haveria violação à liberdade individual e aos princípios gerais do direito e de inadequação da ação civil pública à presente hipótese, afirmando que a via apropriada seria a ação coletiva pública, conforme previsto

no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990, arts. 91 – 102). No mérito, alega que não estão presentes os requisitos que autorizam imposição de responsabilidade pelo citado dano (conduta ilícita, dano, nexo de causalidade e culpa em sentido amplo), ressaltando que não agiu de forma lesiva, tendo apenas materializado um direito. Nega a prática de descontos arbitrários e/ou abusivos, garantindo que eventuais descontos somente são feitos depois que os empregados reconhecem a responsabilidade pelos prejuízos causados e autorizam expressamente. Sustenta, além disso, que obedece o disposto no art. 462 da CLT e cita declarações de testemunhas que confirmariam suas alegações, em especial, no que se refere à inexistência de coação no sentido de obter dos empregados a autorização para descontos. Diz ser impossível o reconhecimento do dano moral coletivo, indicando, como suporte, decisões deste Tribunal proferidas em casos idênticos, alertando que o dano não se presume, devendo ser comprovado, o que não se verifica no caso. Enfim, requer, por cautela, a redução do valor arbitrado à condenação, lembrando que devem ser consideradas a inexistência de intenção de lesar e, por analogia, as regras do art. 84 do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962).

Às fls. 404/408, o promovente junta cópia do seu Recurso Ordinário, anteriormente interposto e, às fls. 414/421, apresenta contrarrazões ao recurso do promovido, suscitando preliminar de intempestividade e, no mérito, pugnando pelo desprovimento do mesmo.

A ré não apresentou contrarrazões (certidão à fl. 424).

À fl. 427, promoção do Ministério Público do Trabalho, reiterando os argumentos recursais e das contrarrazões.

É o relatório.

## VOTO

### PRELIMINARES

#### DE NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, SUSCITADA NAS CONTRARRAZÕES

O recorrido afirma que o recurso protocolado em 18/03/2009 é intempestivo, tendo em vista que a decisão dos Embargos Declaratórios foi publicada em Nota de Foro disponibilizada no DJe -TRT 13ª

Região no dia 9, de modo que o prazo recursal teve seu termo em 17 do referido mês.

Sem razão.

De acordo com a regra do art. 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006, “considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico”. Assim, se a intimação da sentença foi disponibilizada no dia 09/03/2009, considera-se que sua publicação ocorreu no dia seguinte (10/03), de modo que a contagem do prazo recursal teve início no dia 11/03 e completou-se os oito dias depois, justamente em 18/03/2009, ocasião em que foi protocolado o recurso.

Rejeito, pois, a preliminar.

Os recursos preenchem os requisitos legais de admissibilidade, conheço-os.

#### DA ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

A ré aduz que o Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para a presente Ação, sob o fundamento de que os interesses por ele defendidos não são transindividuais, mas sim individuais homogêneos, registrando que, apesar de o legislador ter ampliado o campo de atuação do MPT, não lhe atribuiu competência para agir na esfera dos interesses individuais, até porque, se assim o fosse, haveria violação à liberdade individual e aos princípios gerais do direito.

O objeto da presente ação envolve pedido de danos morais coletivos, cujo embasamento seria o descumprimento a normas trabalhistas asseguradas na Constituição Federal, a exemplo da garantia da irredutibilidade salarial e da própria proteção do salário, bem como o desrespeito à dignidade dos trabalhadores (espécie da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso III, da CF), que estaria sendo vilipendiada mediante a coação dos empregados no sentido de emitirem autorizações para desconto em suas remunerações, com vistas a burlar a regra do art. 462 da CLT.

Assim, a legitimidade do Ministério Público do Trabalho avulta das disposições do *caput* do art. 127, Constituição Federal, que o define como “instituição permanente, (...) incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Ademais, a Constituição Federal estabelece, ainda, como uma das funções institucionais do Ministério Público, “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (art. 129, inciso III).

Por sua vez, a Lei Complementar n. 75/1993, em seu art. 5º, dispõe:

São funções institucionais do Ministério Público da União:

I - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

(...);

III - a defesa dos seguintes bens e interesses:

(...)

e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;

(...)

VI – exercer outras funções previstas na Constituição Federal e na lei.

Essa mesma Lei, no seu art. 83, diz:

Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

I - promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas;

II - manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção;

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;

(...) (Original sem grifos.)

Por sua vez, como destacado na sentença, a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), em seu art. 1º, estende suas disposições às ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a qualquer outro interesse difuso e coletivo (*caput* e inciso IV). E, no art. 5º, atribui legitimidade expressa, para essas ações, ao Ministério Público do Trabalho.

Além disso, a referida LACP, em seu art. 21, invoca a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor, previstas no Título III.

Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

E nesse Título estão compreendidos os artigos 81 e 82, assim redigidos:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I – interesses ou direitos difusos, (...);

II – interesses ou direitos coletivos, (...);

III – interesses ou direitos individuais homogêneos, (...).

Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente:

I – O Ministério Público;

(...)

Assim, de todas essas disposições, sobretudo da previsão expressa do art. 83, III, da Lei Complementar n. 75/1993 (anteriormente transcrito), é indiscutível a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar qualquer ação, inclusive civil pública, que vise à preservação dos interesses difusos e coletivos relacionados com o respeito aos direitos sociais constitucionalmente assegurados.

Observe-se que a pretensão não diz respeito à reparação de prejuízos individualmente experimentados pelos empregados da promovida, hipótese em que se estaria diante de direitos individuais homogêneos, mas volta-se especificamente aos danos genéricos sofridos por toda a coletividade, diante da apontada transgressão massiva à ordem jurídica.

A indenização por dano moral coletivo tem, portanto, uma matiz de direito difuso, não devendo ser confundida com interesses individuais.

Rejeito a preliminar.

#### DA ADEQUAÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM VISTAS AO OBJETO PRETENDIDO

A propósito do campo da atuação da LACP, embora possa parecer aos mais desatentos que suas regras ficaram restritas às hipóteses de responsabilidade por danos causados contra meio ambiente, consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ordem urbanística ou por infração da ordem econômica e da

economia popular, como quer indicar o seu art. 1º, não é essa a melhor exegese, especialmente quando consideradas as disposições do art. 21 do mesmo diploma legislativo, conforme discutido no tópico anterior.

E o Código de Defesa do Consumidor estabelece que “para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela” (art. 83, Lei n. 8.078/1990).

Citando Nelson Nery Júnior, Carlos Henrique Bezerra Leite (*Curso de Direito Processual do Trabalho*, 3ª ed., São Paulo, LTr., 2005, p. 901), apregoa a aplicação das regras das ações civis públicas àquelas ajuizadas no âmbito da Justiça do Trabalho:

LACP, em sua edição original, em 1985, previa apenas a possibilidade de serem ajuizadas ação de responsabilidade civil para reparação dos danos causados aos direitos por ela protegidos, ação de execução de da sentença condenatória, ação de obrigação de fazer ou não fazer, bem como eventual ação cautelar antecedente ou incidente. Com o advento do CDC, o âmbito de abrangência da LACP foi ampliado, de sorte que podem ser propostas todas e quaisquer ações para a tutela dos direitos protegidos pela LACP (CDC 83, 90; LACP 21). (...) Não há mais limitação ao tipo de ação, para que as entidades enumeradas na LACP 5º e CDC 82 estejam legitimadas à propositura da ACP para a defesa, em juízo, dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

E conclui o autor:

As considerações acima são perfeitamente adaptáveis à ação civil pública proposta no âmbito da Justiça do Trabalho, na medida em que também nesse domínio ela poder ter caráter preventivo ou reparatório, condenatório, constitutivo, declaratório ou mandamental, sendo certo que seu objeto será sempre a proteção de qualquer interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo.

Portanto, à luz da farta fundamentação legal acima transcrita, não paira qualquer sombra de dúvida sobre a adequação da ação civil pública para a finalidade buscada.

Rejeito, pois, a preliminar.

RECURSO DA PROMOVIDA

MÉRITO

### Da Configuração do Dano

A recorrente insiste em negar a prática de qualquer ato ilícito capaz de justificar a imposição de responsabilidade e, portanto, afirma a inexistência de dano, nexo de causalidade ou culpa sob qualquer forma. Nega os alegados descontos arbitrários e/ou abusivos, garantindo que estes somente eram feitos depois que os empregados reconheciam a responsabilidade pelos prejuízos causados e os autorizavam expressamente, conforme preceitua o art. 462 da CLT. Diz ser impossível o reconhecimento do dano moral coletivo, indicando, como suporte, decisões deste Tribunal proferidas em casos idênticos, alertando que o dano não se presume, devendo ser comprovado, o que não se verifica no caso.

Sem razão.

A prática abusiva da promovida, consistente em efetuar descontos nos salários dos empregados, indistintamente, com o objetivo de obter o ressarcimento de mercadorias desaparecidas de seus estabelecimentos, já foi constatada em inúmeros processos, conforme cópias juntadas pelo autor, dentre os quais o de número 01288.2006.004.13.00-8 (fls. 89/92), cujo acórdão foi de minha lavra.

O fato de, em alguns processos, não ter sido produzida prova daquelas circunstâncias não significa que elas não tenham acontecido, nem desmerece a prova cabal emergente de outros feitos.

A verdade é que a atitude reprovável da ré resta sobejamente comprovada também nestes autos. A prova oral foi pródiga nesse sentido. Até mesmo a testemunha trazida pela ré admitiu (fls. 275/276):

Que ouviu falar que antigamente a ré efetuava descontos nos salários de seus funcionários para arcar com prejuízos decorrentes do desaparecimento de mercadoria, (...); que presenciou uma ou duas vezes determinado empregado sendo responsabilizado pelo prejuízo do desaparecimento de alguma mercadoria; que o respectivo empregado assinou termo de responsabilidade de comum acordo com a ré (...).

A referência à assinatura de “termo de responsabilidade” remete à declaração da primeira testemunha do autor segundo a qual “o desaparecimento de mercadorias implicava a assinatura de vales referentes a diferença de estoque, pelos quais se autorizava o desconto no respectivo contracheque do empregado, onde se constava o valor do desconto e a indicação de diferença de estoque” (fl. 273).

Com isso, a promovida imaginava estar se resguardando quanto ao cumprimento do disposto no art. 462 da Consolidação



das Leis do Trabalho, que só permite descontos nos salários nas hipóteses ali autorizadas. Ocorre que o desconto preconizado no referido dispositivo somente é possível quando, além da expressa autorização, fica demonstrada a culpa do empregado em relação ao evento danoso. E a promovida não se dava ao trabalho de apurar ou comprovar a presença de imperícia, imprudência ou negligência.

A coação perpetrada contra os empregados, de forma velada, é outra circunstância que se detecta nos autos. Com efeito, é evidente que, como empregadora, não era difícil para a promovida obter a “anuência” dos empregados em assinar vales, quando estes viam ameaçado o próprio emprego.

A atitude correta a ser tomada pela empresa, ao constatar o desaparecimento de mercadorias, a maioria delas de grande porte, seria ordenar a apuração dessas ocorrências, mediante investigação minudente, recorrendo, inclusive, à autoridade policial para descobrir a identidade do responsável pelos crimes, caso configurada tal necessidade.

Mas essa providência não foi adotada.

Isso já tinha sido ressaltado por este Relator no Proc. 01288.2006.004.13.00-8, onde ficou registrado que, diante do sumiço dos produtos, caberia à ré proceder a uma investigação criteriosa, a fim de averiguar o real responsável, sob pena de se configurar crime de injúria a acusação genérica imputada indevidamente a todo o grupo de trabalhadores.

Porém, ao que parece, nada mudou na atitude da ré, que, conforme destacou o Juízo de origem (fl. 308):

Sequer produziu prova contundente acerca de adoção de procedimento de apuração que pudesse atribuir a este ou àquele empregado culpa grave ou mesmo dolo no desaparecimento de mercadorias. Nem mesmo eventuais procedimentos previstos em suposto “manual de procedimentos relacionados ao sistema de segurança das lojas” (fls. 280/286) foram repassados aos empregados, segundo as duas testemunhas trazidas pelo autor.

Diante de toda essa prova, resta plantada no espírito do julgador a convicção acerca da veracidade da tese exposta na inicial. É patente a ilicitude da conduta patronal, no sentido de imputar acusação generalizada a todos os empregados participantes das reuniões, que tinham de aceitar passivamente a ofensiva pecha de desonestos ou, no mínimo, a suspeita de furto.

Na verdade, a simples imputação e a frequente reiteração da suspeita, sem o mínimo de embasamento probatório, já traduz o

cometimento de ato ilícito, capaz de ferir o patrimônio moral dos empregados, especialmente se considerado o fato de que a empresa buscava reparar o alegado prejuízo por meio de descontos ilegais na remuneração dos trabalhadores, o que constitui uma clara transferência dos riscos do negócio a quem não tem a obrigação de suportá-los.

O abalo moral imputado ao grupo de empregados é patente, não apenas em razão da coação a que eram submetidos no sentido de assinar vales autorizando os descontos em seus salários, como pela redução da remuneração, sem a comprovação da participação nos furtos ocorridos, mas, sobretudo, porque cada um deles tinha colocada em dúvida, permanentemente, a própria honra.

Tal prática permitia que se estabelecesse entre os empregados um clima de desconfiança capaz de minar a convivência do próprio grupo, pois faz parte da natureza humana julgar o próximo, de acordo com seu comportamento ético.

Por tudo isso, o dano moral resta plenamente configurado e, em virtude do universo indeterminado de pessoas prejudicadas e da massividade da lesão, assume ele os contornos de dano coletivo, sendo conveniente destacar, como o fez o Juízo originário, que as vítimas não foram apenas os trabalhadores diretamente afetados, mas também seus familiares e convivas, que, de uma forma ou de outra, sofreram as consequências.

Portanto, para compensar essa atitude lesiva impõe-se o respectivo ressarcimento, confirmando-se, por óbvio, a sentença no que se refere à obrigação de não fazer.

#### Do Valor Atribuído à Indenização

A recorrente postula, por precaução, a redução do valor arbitrado à condenação, lembrando que devem ser consideradas a inexistência de intenção de lesar e, por analogia, as regras do art. 84 do Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei n. 4.117/1962.

Sem razão.

Sabe-se que não há na legislação pátria critérios objetivos para a fixação das indenizações por danos extrapatrimoniais, devendo-se levar em conta fatores como a extensão e a intensidade do dano, o grau de culpa, os antecedentes do agente, a situação econômica e a razoabilidade do valor arbitrado, de modo a compensar, tanto quanto possível, o abalo causado à honra das vítimas. No caso do dano moral coletivo, ainda mais, deve-se dar ênfase ao caráter inibitório da indenização, no sentido de evitar a repetição do ato lesivo pelo agente.

No caso em tela, entendo que o valor fixado na sentença afigura-se razoável diante desses objetivos.

Ante o exposto, conheço do Recurso e nego-lhe provimento.

### RECURSO DO PROMOVENTE

Pretende o recorrente a majoração da indenização, alegando que, em face da capacidade econômica do promovido, o valor fixado na sentença não é suficiente para lhe inculir o temor necessário para desestimular a prática de novas condutas da espécie, ressaltando que a empresa detém mais de 100 estabelecimentos por todo o Brasil, conforme editorial anexado às razões recursais.

Conforme fundamentos expostos no recurso do promovido, entendo que o valor de R\$ 300.000,00, fixado na sentença, afigura-se razoável, diante de sua capacidade econômica e de outros critérios, como a extensão e a intensidade do dano e o grau de culpa.

Ressalte-se, por oportuno, que o número de estabelecimentos é apenas um dos critérios para se aferir a capacidade econômica da empresa, mas, por certo, não é o único, nem o mais importante. Os autos não trazem notícia do faturamento, da lucratividade, nem da capacidade de endividamento da promovente.

Além do mais, eventual reiteração da conduta significará o descumprimento da sentença e a imposição da multa inibitória já fixada em primeiro grau, o que enfraquece o argumento de que a indenização não seria suficiente para atingir o fim pedagógico.

Ante o exposto, nego provimento ao Recurso.

ACORDAM os Desembargadores da Colenda 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Sua Excelência o Sr. Procurador JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR de não conhecimento do recurso, por intempestividade, suscitada nas contrarrazões; por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho; por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR de inadequação da ação civil pública com vista ao objeto pretendido; Mérito: EM RELAÇÃO AO RECURSO DA RECLAMADA: por maioria, contra o voto de Sua Excelência a Senhora Juíza Margarida Alves de Araújo Silva, NEGAR PROVIMENTO ao recurso; EM RELAÇÃO AO RECURSO DO RECLAMANTE: por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

João Pessoa, 22 de outubro de 2009.

UBIRATAN MOREIRA DELGADO  
Juiz Relator

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ UBIRATAN MOREIRA DELGADO (Lei 11.419/2006)  
EM 09/11/2009 21:13:31 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: AC7CDABBA6.27B09EABB4.663C3D7523.EF574C603C